

Revista do **SESCON** RS

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

ANO XVIII | Nº 66/15 | DEZEMBRO DE 2013

ENTREVISTA

Mário Berti

PÁG. 6

A boa gestão
da Família
Empresária

PÁG. 4

Governo recolhe mais de R\$ 1 trilhão em Impostos

PÁG. 12

Domínio Contábil**PLUS**

Versão 8

Com design de interfaces totalmente novo, sistema completamente integrado, menu de favoritos do usuário e menu localizar, a versão 8 do Domínio Contábil Plus traz grandes novidades para os clientes da Domínio Sistemas.



GERENCIE SUA EMPRESA
DE CONTABILIDADE ONDE
VOCÊ ESTIVER. TODO O
CONTROLE NA PALMA DA
SUA MÃO.

*Atualização gratuita para clientes Domínio Contábil Plus

Revendas Autorizadas:
Gtek Informática - Santa Maria (55) 3304-2656
Kriativa Informática - Santa Vitória do Palmar (53) 3263-3450
Tekplan Informática - Passo Fundo (54) 3335-8700
Tekplan Informática - Sucursal Santa Rosa (55) 3512-8739
Teksul Informática - Alegrete (55) 3426-4188
Teksul Informática - Caxias do Sul (54) 3028-2099
Tekvale Sistemas - Lajeado (51) 3707-0761

Unidades de Negócio: Porto Alegre (51) 3373-1000
Porto Alegre - Sucursal Pelotas (53) 4062-9195
www.dominiosistemas.com.br



Mais possibilidades
para você

dominio
sistemas

A sua melhor escolha

Patrocinador oficial:

2013
ANO da
Contabilidade

Prezado leitor

Em nossa matéria de capa, levamos ao leitor um assunto que merece o registro de uma entidade que luta pela menor carga tributária brasileira. Somos um país campeão em termos de arrecadação de impostos e, ao mesmo tempo, estamos em último lugar no quesito bem-estar da sociedade. Este é o Brasil, que revela seus contrastes para desânimo de seus cidadãos, dos empresários e de seus corajosos empreendedores.

No mesmo sentido, e com a devida preocupação, o SESCON-RS se soma aos esforços da FENACON contra projeto que altera a cobrança do PIS/COFINS, um grande golpe que poderá elevar em mais de 100% os índices dos impostos às empresas.

Já o nosso entrevistado especial, Mário Berti, presidente eleito da FENACON, definiu como prioridade o Simples Nacional em suas metas para a próxima gestão.

Outros temas relevantes estão na pauta desta edição, como Governança Corporativa, Alianças Empresariais e o destacado serviço dos peritos contábeis, entre outras notícias.

Muito embora o assunto de capa não seja de prosperidade nacional, pelo contrário, nós, do SESCON-RS, acreditamos que uma nação se faz pela iniciativa séria e inovadora de seus empresários, os quais merecem nossos cumprimentos e o desejo de um Natal fraterno e de um Ano-Novo com mais perseverança e sucesso!

DIVULGAÇÃO SESCON-RS



JAIME GRÜNDLER SOBRINHO
PRESIDENTE

3	PALAVRA DO PRESIDENTE
4	PANORAMA
6	ENTREVISTA
8	GESTÃO
10	ARTIGO
11	AÇÕES SESCON-RS
12	CAPA

SXC



16	GERAL
18	INFORME TÉCNICO
20	ACONTECEU
22	PONTO DE VISTA

A boa gestão da

AGÊNCIA OFFICE PRESS/GUTO MOISÉS

A expansão da governança corporativa no Brasil ocorreu no fim dos anos 90 com objetivo de promover uma estrutura organizativa e de controle societário para as organizações.



ROBERT JUENEMANN

Uma coisa é certa: transformar uma empresa familiar em Família Empresária não é uma tarefa fácil, seja pelos conflitos entre os sócios ou da própria família e seus herdeiros. E não são poucas as empresas de origem familiar que descem ladeira abaixo, desaparecendo por conta da sua decadente administração em detrimento ao desenvolvimento do negócio. Mudar este destino faz parte de um processo que envolve a definição de regras entre a gestão, o patrimônio e a família, sob o pilar da transparência em todas suas ações, sejam internas ou externas. “É importante que esta simbiose que

envolve diferentes interesses e interessados possua um regramento claro e aceito por todos os envolvidos para a efetiva governança”, diz Robert Juenemann, coordenador do Capítulo Sul do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

ACORDO DOS SÓCIOS

Sob o ponto de vista das relações entre sócios e familiares, o melhor instrumento para a implementação deste sistema de gestão é “o Acordo dos Sócios, um documento que estabelece as mais diversas regras, desde os pro-

cessos de sucessão, de qualificação de herdeiros para assumir posições na empresa, dos critérios de avaliação da empresa em caso da saída de um sócio, dos direitos de preferência de compra das ações, do uso e destino patrimonial, entre outras questões de relevância que irão assegurar o futuro da organização”. O caso da venda da Schincariol para a japonesa Kirin é uma mostra concreta quando não existe um acordo prévio entre os acionistas: “Eles não possuíam um acordo e muito menos um regramento de preferência na venda das ações. Assim, o sócio majoritário ficou livre em vender o negócio, pois o

Família Empresária

controlador era detentor do direito de demitir qualquer executivo, inclusive os sócios minoritários”, comentou Jueneemann sobre o episódio da cervejaria que foi alvo de brigas familiares.

ADMINISTRAÇÃO

Já em termos da Administração, além da necessária transparência das ações, não só as obrigadas por lei, fazem parte da boa governança a responsabilidade econômica, a equidade entre todos os sócios e prestação de contas por conta da Diretoria eleita.

“Quando se fala em equidade, devemos ter em mente o tratamento isonômico, de forma a não prejudicar e, tampouco, beneficiar interessados do negócio.” De acordo com o especialista, a fase de implementação da governança precisa, antes de tudo, respeitar a cultura organizacional da empresa e de seus gestores. Não será criando regras que o processo irá funcionar, muito menos determinando uma fórmula de sucesso para que o processo tenha validade e perenidade. “Não existe uma receita, mas os ingredientes são conhecidos”, conclui Jueneemann.

BENEFÍCIOS

- Alinhamento de interesses.
- Redução de conflitos.
- Transparência nos processos de sucessão, nos negócios e na própria família.
- Acesso ao capital mais barato. Avaliação da gestão familiar é considerada pelas instituições de crédito.
- Abertura de capital – (YPO).

CENTRO



PÓS-GRADUAÇÃO
senac

— É ASSIM —
QUE **você** SE
DESTACA

Faculdade Senac Porto Alegre

- Computação nas Nuvens **NOVO**
- Comunicação e Marketing Estratégico - 7ª edição
- Gestão de Moda - 8ª edição
- Gestão de Negócios **NOVO**
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas - 2ª edição
- Segurança da Informação - 4ª edição

Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas

- Gerenciamento de Projetos - 7ª edição
- Gestão de Negócios - 3ª edição
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas **NOVO**

Senac Caxias

- Gestão de Negócios **NOVO**
- Segurança da Informação **NOVO**

Senac Uruguaiana

- Computação nas Nuvens **NOVO**
- Gestão de Negócios **NOVO**

Senac Bagé, Senac Erechim, Senac Rio Grande e Senac Santa Maria

- Gestão de Negócios **NOVO**

Conheça também as opções de cursos de pós-graduação a distância em: ead.senac.br/pos-graduacao

Preços diferenciados para comerciários, empresários e seus dependentes.

INSCRIÇÕES ABERTAS

POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO DOS CURSOS EM ATÉ 100%.
INFORME-SE EM SENACRS.COM.BR/POS

[f /senacrsocial](https://www.facebook.com/senacrsocial) [@senacrs](https://www.instagram.com/senacrs)

Fecomércio RS

Senac

MÁRIO ELMIR BERTI, PRESIDENTE ELEITO DA FENACON

“A prioridade um e modernização do

Ex-presidente do SESC-PR e atual diretor adjunto de Políticas Estratégicas da Fenacon, Mário Elmir Berti, foi eleito presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon). O novo presidente atua no setor contábil desde 1978. É formado em Ciências Contábeis pela Sociedade Paranaense de Ensino e Informática (Faculdade SPEI), em 2002. Mário Berti assume o lugar de Valdir Pietrobon, empresário contábil de Curitiba que presidiu a entidade durante o mandato 2007-2010 e foi reeleito para a gestão 2010-2013. A nova diretoria assume no período de 1º de janeiro/2014 a 30 de junho/2018.

DIVULGAÇÃO/FENACON



MÁRIO ELMIR BERTI

é a atualização Simples Nacional”

Quais são os principais projetos para sua gestão?

Podemos destacar a continuidade de um trabalho de representação que vem sendo muito bem feito; a modernização dos controles internos; a implantação de um sistema de apoio mais efetivo junto aos sindicatos filiados e a participação destes nas atividades da Federação.

Qual é a prioridade da Fenacon na representação junto ao Congresso Nacional?

A prioridade um é a atualização e modernização do Simples Nacional, que necessita urgentemente de uma revisão, especialmente no que diz respeito à correção das tabelas de enquadramento, à universalização das atividades e à resolução do problema que envolve a substituição tributária, que se configura como um verdadeiro acréscimo tributário disfarçado.

Quais são os principais gargalos do setor de serviço que impedem seu maior crescimento e desenvolvimento?

Diria que, apesar de ser o segmento que mais gera empregos e que sobrevive a todas as crises econômicas, ainda a carga tributária e a burocracia são os principais entraves. A carga tributária penaliza as empresas de serviços ao estabelecer alíquotas de presunção de lucro, por exemplo, muito acima da

própria realidade. E a burocracia, que nem haveria necessidade de maiores comentários, mas que representa hoje uma necessidade absurda de recursos para atender a obrigações totalmente desnecessárias e ultrapassadas.

Quais são as ações previstas da agenda política da entidade?

A agenda política prevê uma participação muito efetiva, pois este é, seguramente, o maior legado que a atual gestão nos proporcionou, e temos por obrigação estreitar ainda mais esta atuação, mas com envolvimento maior dos sindicatos filiados neste processo.

Qual é a filosofia de trabalho que a nova gestão pretende implementar?

A filosofia principal é a transparência, a democracia e o envolvimento de todos no sentido de fazermos esta federação ainda mais forte e respeitada do que já é.

Qual é o seu principal projeto à frente da Fenacon?

Como um sonho talvez, mas como meta principal a aquisição de uma nova sede, mais ampla e mais condizente com a grandeza do sistema, que possa inclusive abrigar o Instituto Fenacon e a própria Fenacon num mesmo ambiente.

A carga tributária penaliza as empresas de serviços ao estabelecer alíquotas de presunção de lucro, por exemplo, muito acima da própria realidade.

Alianças para o e expansão dos

*Com objetivo de
aumentar sua
participação no
mercado, as empresas
unem capacidade
técnica e de gestão
com a utilização de
alianças estratégicas,
com o propósito de
se diferenciar entre
os concorrentes,
adquirir conhecimento,
trocar informações e,
principalmente, como
fator de aumentar a
competitividade.*

As alianças estratégicas têm se tornado bastante frequentes entre empresas do mundo todo e que não necessariamente atuam no mesmo setor. A formação de alianças entre empresas tem mostrado bons resultados ao longo dos anos e continua sendo usada como forma de ganhar vantagem competitiva.

De acordo com Márcio Elídio Campi, sócio da Consultoria Empresarial Intelligence Solution, existem três modelos de alianças mais comuns que são utilizados por grande parte das empresas que adentram nesse mercado de alianças.

O primeiro modelo representa grande parte das alianças formadas e que é chamada de alianças sem participação acionária, onde empresas parceiras concordam em trabalhar juntas, mas não assumem participação acionária.

O segundo modelo é pouco usual, não estando presente em muitas das alianças formadas. Chamada de alianças com participação acionária, é exatamente o oposto do primeiro modelo e, dessa forma, as empresas parceiras suplementam os acordos com participação acionária uma da outra.

O terceiro e último modelo é tratados como joint-venture, que é a criação de uma empresa independente das empresas parceiras, na qual as parceiras investem e compartilham lucros.

Para Campi, “as oportunidades que surgem junto à formação de uma



SXC

aliança estratégica são muitas. Mas o que é preciso ressaltar é que essas oportunidades, assim como os objetivos de cada empresa que ingressa em uma aliança, nem sempre são semelhantes. Existe uma gama muito grande de oportunidades para as empresas que aderem a uma aliança estratégica, dentre elas está o aprendizado de ambas as partes. Mesmo que os objetivos com a formação da aliança sejam diferentes, as oportunidades de absorção de aprendizado acontece de forma mútua”, ensina. A formação de alianças estratégicas visa também à criação de valores de forma estratégica a explorar novas oportunidades e neutralizar as ameaças com que uma empresa se depara no mercado ou segmento em que atua. Outra oportunidade buscada em uma aliança é a economia de escala, em que parceiros se unem com a intenção de produzir mais e melhor, que, por sua vez, trará uma economia de escala na produção de um determinado serviço.

crecimento negócios

UNIR EXPERIÊNCIAS PARA O CRESCIMENTO DE TODOS

A visão empreendedora de Ivan Carlos Gatti, fundador da Gatti Contabilidade, foi determinante quando um grupo de profissionais contábeis, boa parte com atuação nos órgãos de classe do setor, resolveu fundar o Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade, que desde 1996 atua nacionalmente com uma política de expansão dos escritórios regionais. “Este ano comemoramos 50 anos de fundação e a integração ao GBrasil foi importante para a evolução da nossa empresa” explica Maurício Gatti, filho do fundador e Contador como o pai. Atualmente o grupo conta com 38 empresas associadas, que atuam nas regiões do norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul do Brasil. “Existe um compromisso mútuo de troca de experiências e nos processos de inovação, sendo que os encontros e seminários são o ponto alto desta integração” revela Gatti. Outro setor que se destaca na estratégia de alianças empresariais é da advocacia, com destaque para a Aliança de Advocacia Empresarial – ALAE, com atuação no Brasil e na América Latina, com enfoque nas áreas do Direito Empresarial. Com 29 escritórios aliados, recentemente realizou seu 4º Simpósio de Direito Empresarial, uma das ações que visa integrar as bancas de advogados em temas comuns, ampliando os conhecimentos e debates com a presença de autoridades do direito, como o Ministro do STF, Luiz Fux, presente no simpósio deste ano.

AGÊNCIA OFFICE PRESS/GUTO MOISÉS



MAURÍCIO GATTI



SESCON-RS apoia contra unificação

■ JAIME GRÜNDLER SOBRINHO

DIVULGAÇÃO/SESCON-RS



■ Presidente do SESCOB-RS

A intenção de unificar PIS e COFINS tem sido combatida pelo SESCOB-RS desde que fora divulgada pelo Governo Federal. A entidade gaúcha vem alertando para o prejuízo que essa nova tributação geraria às empresas de serviços de todo país. Para corroborar com esse posicionamento, Fenacon e SESCOB São Paulo divulgaram recentemente uma detalhada pesquisa que revela o impacto da possível unificação.

A pesquisa inédita analisou mais de mil empresas e mostra que o aumento será, em média, de 104% do montante pago atualmente.

A proposta de unificação do cálculo do PIS e da COFINS, em análise pelo governo, pode aumentar em R\$ 35,2 bilhões a carga tributária do setor de serviços. O estudo simulou o impacto da unificação do cálculo do PIS/COFINS nas contas de 1.257 empresas do setor de serviços, considerando uma alíquota única dos tributos de 9,25% auferidos pelo sistema não cumulativo de apuração de impostos. Trata-se de um modelo em vigor desde 2003, obrigatório para grandes empresas, e que poderá ser estendido para todos os setores da economia

O estudo simulou o impacto da unificação do cálculo do PIS/COFINS nas contas de 1.257 empresas do setor de serviços, considerando uma alíquota única dos tributos de 9,25% auferidos pelo sistema não cumulativo de apuração de impostos.

A maior parte dos custos do setor de serviços está concentrada na mão de obra, por meio de empregos diretos, o que não gera créditos tributários de acordo com as regras do regime não cumulativo.

FENACON

de PIS e COFINS

sem levar em conta as características de cada um. Somente nas atividades pesquisadas neste estudo, o aumento médio no recolhimento é de R\$ 7,3 bilhões ao ano.

O sistema de apuração do PIS e da COFINS pela forma não cumulativa define uma lista de custos e despesas que pode gerar créditos tributários a serem deduzidos da carga dos tributos devida pelas empresas. Estes custos estão na base de investimentos e de insumos da indústria e do comércio, o que permite a obtenção de créditos suficientes para reduzir de forma efetiva a carga tributária. No caso das prestadoras de serviço, isso não ocorre. A maior parte dos custos do setor de serviços está concentrada na mão de obra, por meio de empregos diretos, o que não gera créditos tributários de acordo com as regras do regime não cumulativo. Se forem obrigadas a migrar para o regime não cumulativo, as empresas de serviços estarão expostas a um crescimento exagerado de tributos. O SESCON-RS está engajado com entidades coirmãs na campanha contra esse abuso tributário. O setor de serviços, que vem obtendo resultados positivos na economia nacional, não pode ser penalizado pela má gestão dos recursos públicos.

A PESQUISA*

O setor de serviços é responsável pelo maior número de empresas no Brasil, totalizando mais de 7,2 milhões de estabelecimentos ativos até 30/09/2013, ou 45,19% de todos os CNPJs – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme estudo “Empresômetro – Perfil Empresarial Brasileiro”, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

SETOR	QUANTIDADE	%
Serviços	7.231.445	45,19%
Comércio	6.688.162	41,79%
Indústria	1.147.882	7,17%
Agronegócio	678.867	4,24%
Financeiro	210.159	1,31%
Serviços públicos	46.378	0,29%
TOTAL	16.002.893	100,00%

Além dos dados quantitativos, o estudo traz o impacto qualitativo na arrecadação do país e mostra que o setor de serviços gera R\$ 1,4 trilhão de movimento na economia, sendo responsável por 19,23% do faturamento de todas as empresas brasileiras, encontrando-se na frente do agronegócio e do setor financeiro.

SETOR	FATURAMENTO 2012 (EM R\$)	%
Indústria	2.035.072.977.014,70	28,26%
Comércio	1.897.529.120.464,88	26,35%
Serviços	1.384.800.189.242,49	19,23%
Financeiro	1.116.913.725.176,86	15,51%
Agronegócio	515.609.430.836,17	7,16%
Entidades públicas e privadas	251.323.591.287,21	3,49%
TOTAL	7.201.249.034.022,31	100,00%

Do ponto de vista da geração de empregos, o setor também é campeão. É de longe o maior gerador de emprego formal. Juntos, Agronegócio, Indústria e Comércio geram menos emprego que o setor de serviços, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego. São 19,4 milhões de pessoas empregadas no setor de serviços, enquanto os três setores juntos são responsáveis por 18,67 milhões de empregos.

■ POR GUTO MOISÉS

Ao arrecadar R\$ 1,62 trilhão de impostos, o Governo Federal consome 1/3 de todas as riquezas produzidas pelo país. E mesmo com esta montanha de dinheiro, do esforço das empresas e dos trabalhadores, temos um país pobre em infraestrutura, em educação, saúde e segurança.

Excesso em um

DIVULGAÇÃO/IBPT



JOÃO ELOI OLENIKE

No tempo de uma piscada de olhos o Governo Federal já arrecadou R\$ 54 milhões em um segundo. E no final do dia os cofres do poder público terão recolhido, em tributos, cerca de R\$ 4,72 bilhões. Com toda esta fome por impostos, encerramos 2013 com a marca de R\$ 1,62 trilhão e seiscentos e vinte bilhões pela fúria da arrecadação fiscal. “Somos um país de primeiro mundo em termos de arrecadação e estamos entre os piores países conforme dados do Retorno de Bem-Estar à Sociedade (IRBES)” disse o tributarista João Eloi Olenike, que, juntamente com os colegas Gilberto do Amaral e Letícia Mary Fernandes do Amaral, são os coordenadores dos estudos que pesquisa a carga tributária em 30 países.

MÁ GESTÃO

Temos uma arrecadação de enormes riquezas e que não estão sendo bem gerenciadas e aplicadas no país. Isso explica o 30º lugar no ranking de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (IRBES).



CONTRATOS

Como investir em um país que pode mudar regras do dia para a noite? A insegurança jurídica dos contratados é um tormento para empresas que desejam aportar investimentos no Brasil.



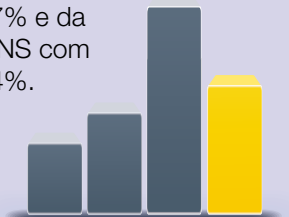
TRIBUTOS

O nosso sistema tributário é muito perverso, com a tributação no consumo, onde estão inseridos COFINS, PIS, ICMS, IPI. Eles funcionam em efeito cascata, em toda a cadeia produtiva, elevando a carga tributária ao consumidor final.



ICMS

Individualmente, o tributo de maior arrecadação é o ICMS, com 20,66% do total, seguido da contribuição previdenciária para o INSS com 18,02%, do Imposto de Renda com 17,17% e da COFINS com 10,84%.



de riqueza país pobre

Somos o lanternas do ranking pesquisado, em trigésimo lugar, com uma carga pesada de tributos na ordem de 36,02% sobre o PIB. Os EUA, o primeiro no ranking, possuem uma taxa de 25,10%. Os nossos vizinhos Uruguai e Argentina estão no 13º e 21º lugares na lista, respectivamente, com 27,18% e 33,50% de tributos sobre o PIB. “Se o Brasil não mudar, tende a ficar para trás. Porque temos um sistema tributário muito perverso, que está voltado para tirar dinheiro de quem ganha menos. Não é equânime. A tributação é muito forte no consumo, de forma regressiva. Nos outros países, você tributa mais o ganho e os lucros. No Brasil, mais de 75% da tributação é em cima do consumo”, diz Olenike.

Na evolução da carga tributária brasileira, na década entre 1986 e 1996, o índice passou de 22,39% para 25,19%. Já nos

10 anos seguintes, os tributos passaram de 25,47% para 34,69%, um salto feroz contra o bolso do cidadão brasileiro. E neste processo de cada vez mais cobrar impostos e devolver menos à sociedade, já chegamos a 36,02% de toda riqueza do país, o que equivale a um terço de tudo que o Governo Federal exige de seus empresários e do povo trabalhador e assalariado. “Este tipo de tributação faz com que o investimento externo não venha para cá, não há estímulo para isso. Faz com que o país não se desenvolva,” concluiu.



SÓCIO

Com a carga tributária imposta às empresas, o Governo Federal é sócio majoritário que tira 52% do lucro da empresa.



EDUCAÇÃO

O Brasil investe muito pouco em educação. A Coreia do Sul, por exemplo, nos últimos 25 anos, investiu entre 40 e 50% do PIB em educação.



DESONERAÇÃO

Toda desoneração corresponde a uma oneração. Não existe perda de arrecadação para o governo. Ele desonera alguns setores e aumenta em outra ponta. É jogo de cena do Governo.



ARRECADAÇÃO

A Região Sudeste concentra 63,52% de toda a arrecadação, seguida da Região Sul com 13,41%, Região Centro-Oeste com 10,61%, Região Nordeste com 9,07%, e Região Norte com 3,39%. São Paulo é o estado com maior arrecadação, com 37,58%, seguido do Rio de Janeiro com 16,17%, Minas Gerais com 6,98%, Distrito Federal com 6,92%, Paraná com 5,38% e Rio Grande do Sul com 4,91%. Os estados com menor arrecadação são Acre com 0,12% do total, Amapá com 0,11%, e Roraima com 0,09%.



FONTE: IBPT

Investimento em foi de apenas

AGÊNCIA OFFICE PRESS/GUTO MOISÉS



ALFREDO MENEGHETTI NETO

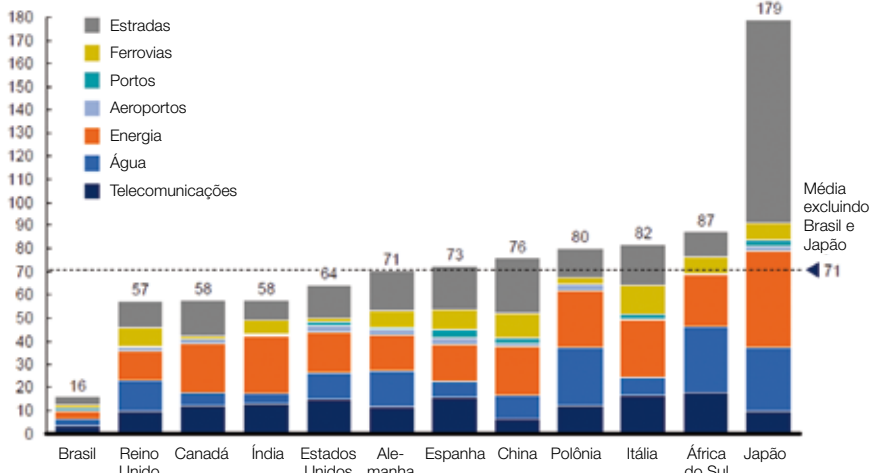
A carga tributária (receita tributária dividida pelo PIB) é o melhor termômetro para medir o sacrifício imposto ao cidadão. No caso do Brasil, ela vem batendo recordes, todos os anos, superiores a 35% do PIB, assim como em outros países. “Entretanto, o simples exame do nível da carga tributária entre países não é suficiente, porque estes podem apresentar profundas diferenças sociais, econômicas e políticas”, explica o economista Alfredo Meneghetti Neto, da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e professor da PUCRS.

Por este motivo se relaciona a carga tributária à renda per capita de um país. Fazendo isso, nota-se que os países que têm uma maior carga tributária não

necessariamente sofrem a maior pressão fiscal. A Suécia, por exemplo, que ocupa o primeiro lugar em carga tributária (50,7% do PIB), tem uma enorme renda per capita (US\$ 29.950), e, por isso, a pressão fiscal é pequena (1,7). O Brasil tem uma carga tributária média (35% do PIB) em relação a esse conjunto de países e revela uma pressão fiscal das maiores (7,3). Isto porque a renda per capita é de somente US\$ 4.791. Já Dinamarca, Bélgica, França e Finlândia, que têm uma carga tributária de 44% a 50% do PIB, dispõem de muito menos pressão fiscal (não passa de 2,3). A razão é que a renda per capita dos países desenvolvidos é muito maior, variando de US\$ 10.000 (Portugal) a US\$ 50.000 (Luxemburgo).

GRÁFICO 1

ESTOQUE DE INFRAESTRUTURA EM PAÍSES SELECIONADOS – 2013 (% DO PIB)



infraestrutura

1,5% do PIB

Em síntese, diz o economista, “o Brasil tem a maior pressão fiscal de todos os países e, como se não bastasse, existe um problema sério de estoque de infraestrutura”.

O Gráfico 1 mostra melhor o problema.

Pode-se notar que, relativamente a outros países, o estoque de infraestrutura no Brasil (estradas, ferrovias, portos, etc.) é um dos mais baixos, chegando somente a 16% do PIB, enquanto, nos demais países, é superior a 57% do PIB, sendo que a média, excluindo Brasil e Japão, fica em 71% do PIB.

Além disso, aqui, existe outro problema, ou seja, os investimentos em in-

fraestrutura vêm diminuindo nos últimos anos. O Gráfico 2 mostra que, nos anos 70, ele chegava a 5,4% do PIB, mas alcançou somente 1,5% do PIB em 2013.

Essa situação prejudica muito o desenvolvimento econômico no Brasil, pois, de acordo com estudos, para atingir a média dos outros países (de 71% do PIB, como mostra o Gráfico 1), o Brasil necessitaria investir 4,9% do PIB, e hoje não chega a um terço disso.

Mas o grande paradoxo atual é que o Governo Federal gasta muito em programas sociais, como o Bolsa Família, com o qual, conforme o Gráfico 3, é despendido mais do que a soma dos gastos de infraestrutura e educação.

Concluindo: para que o Brasil possa reduzir a carga tributária, é preciso uma melhor gestão dos recursos e o encaminhamento de várias práticas que resultem em maior eficiência na alocação e na execução do gasto público, na arrecadação das receitas e no controle do endividamento. Os governantes necessitam estar comprometidos com a melhora das contas, fazendo com que seus parlamentos aprovelem urgentemente um conjunto de medidas, com mais gastos em infraestrutura. Estes seriam os passos adequados para se assegurar uma redução da carga tributária bem implementada, tornando o setor público mais a favor do desenvolvimento.

GRÁFICO 2

INVESTIMENTO ANUAL EM INFRAESTRUTURA, EM PAÍSES SELECIONADOS – 2013 (% DO PIB)

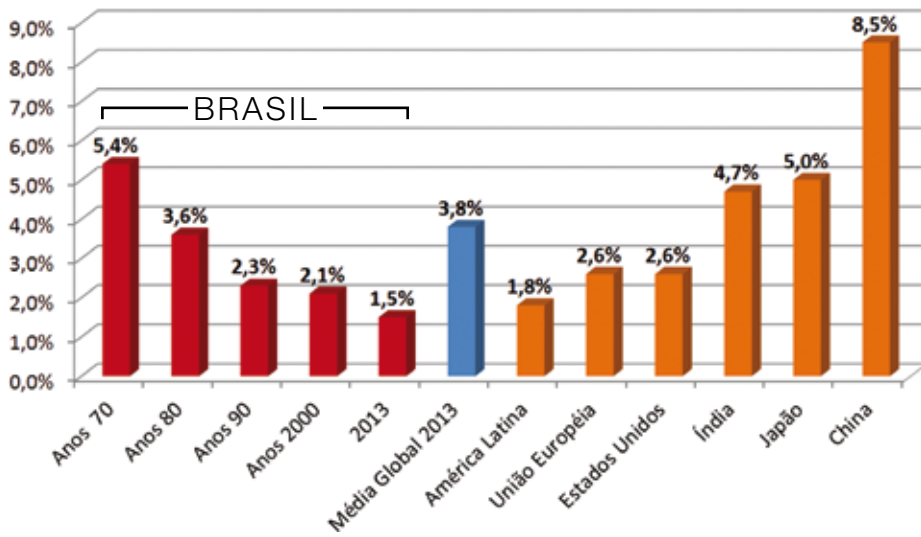
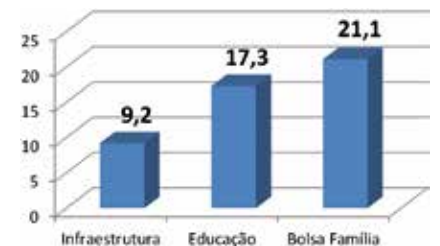


GRÁFICO 3

GASTOS DO GOVERNO FEDERAL – 2012 (R\$ BILHÕES)



Com os olhos e com uma lupa

■ POR GUTO MOISÉS

É com uma lupa em um foco definido que o perito contábil exerce sua silenciosa função de auxiliar em processos judiciais, seja na qualidade de perito nomeado pelo juiz, seja de perito assistente técnico das partes. “Ao ser nomeado pelo juiz, o perito recebe o processo em carga, seja ainda no modelo físico ou pelo atual sistema de Processo Judicial Eletrônico. Nesse momento, é feito um trabalho minucioso de análise dos dados e das informações com objetivo central de responder os quesitos solicitados pelo judiciário”, revela Inelva Fátima Lodi, Contadora e Atuária com larga experiência no exame técnico, o qual desenvolve com maestria os laudos periciais que irão compor os processos na área trabalhista e civil, especialmente.

PERÍCIA NA ERA DIGITAL

Em tempos de processos digitais, a perícia também segue o mesmo caminho. “Como tudo, vantagens e desvantagens. O principal benefício é que não precisamos sair do escritório para ir na Justiça do Trabalho, uma economia de tempo de mais de 2 horas, sem contar os custos de deslocamento. A partir de setembro deste ano os processos passarão a



INELVA FÁTIMA LODI

para o sistema PJE – Processo Judicial Eletrônico.

A desvantagem é o que prazo ficou menor, pois começa a partir da intimação por e-mail, ficando as partes intimadas simultaneamente.

Embora tenha diminuído o prazo para os procedimentos judiciais, a vantagem para as partes é um processo mais célere.

“O laudo pericial tem que ser muito transparente,

muito completo, porque o juiz decide com base nas informações solicitadas. Por isso, as respostas aos quesitos ou dos cálculos precisam ser claras, concisas e tecnicamente seguras para que o magistrado tenha em mãos os dados necessários para suas decisões”, explica Inelva.

Um dos maiores conflitos é a falta de documentos no processo. Isso é o que mais impacta no atraso, pois é necessário que os documentos sejam originais ou de cópia autenticada legíveis para evitar que distorça os resultados. “Quando existe a ausência de dados no processo para a perícia, realizo dili-

AGÊNCIA OFFICE PRESS/GUTO MOISÉS

nos quesitos nos documentos

gências junto às partes com objetivo de obter as informações necessárias para formular o laudo pericial. Não havendo êxito, peticiono nos autos do processo a mesma averiguação, solicitando que as partes acostem os documentos necessários.”

A especialista critica a “existência de muitos documentos repetidos, que

só serve para avolumar o processo, sem necessidade. “Eu entendo que isso acontece porque o processo não foi lido com o devido cuidado e, pior, que as partes juntam documentos em excesso na correria de não perderem prazos. Se tivessem analisado o processo corretamente, já teriam conhecimento que os documentos já

estavam nos autos”, analisa.

Mas o principal problema para os peritos é a falta de objetividade e comprometimento. As respostas devem estar dentro do processo. “Se eu pedi somente o contracheque de janeiro, por que acostar os contracheques até abril se não terei necessidade e nenhum valor legal?”, questionou.

ENTREVISTA: ROSELDE OLIVEIRA SFREDDO, CONTADORA E ADVOGADA

Qual é o olhar do perito técnico assistente na defesa das partes?

Quando a prova do fato depender de conhecimento científico ou técnico, o juiz será assistido por perito, de acordo com o art. 145 do Código de Processo Civil.

Em se tratando de perícia contábil, as partes poderão indicar assistentes técnicos para atuar na fase de instrução e de execução do processo. O perito assistente é o profissional contratado diretamente pela parte e que poderá, ao conhecer melhor os fatos, oferecer elementos que fundamentam os argumentos da defesa ou da petição inicial, conforme for o caso.

Sem tratar de casos concretos, quais os maiores desafios de prestar uma assistência pericial adequada e satisfatória?

Penso que um dos maiores desafios, após a Emenda Consti-

tucional nº 45, que reformou o Poder Judiciário e está ancorada nos princípios da celeridade e efetividade, dependendo do volume de documentos envolvidos, é elaborar o trabalho no prazo legal.

Em se falando de perícia, não só documentos são alvo desta atividade. Existe espaço para interpretações periciais?

Nem sempre falar de perícia significa falar de documentos, pois existem outras perícias que não se reportam com exclusividade a documentos como a perícia de insalubridade ou periculosidade, perícia criminal, etc. No caso em tela, do ponto de vista contábil, poderão existir interpretações periciais, como, por exemplo, ao conferir o contracheque com o saldo a pagar, com os valores de recolhimentos previdenciário e fiscal. Quando o pagamento for feito diretamente ao empregado, este deve colocar a data com assinatura. Quando for feito por meio de depósito bancário,



AGÊNCIA OFFICE PRESS/GUÍTO MOISES

ROSELDE OLIVEIRA SFREDDO

o depósito será o comprovante de pagamento. Da análise destes documentos e rotinas poderão haver divergências com interpretações diferentes.

A Inconstitucionalidade do piso regional dos técnicos de nível médio

■ FLÁVIO OBINO FILHO

AGÊNCIA OFFICE PRESS/GUTO MOISÉS



■ Advogado

A Federação dos Contabilistas do RS encaminhou pedido ao Governador do Estado para que fosse proposto pelo Executivo salário mínimo regional de R\$ 2.940,00 (dois mil novecentos e quarenta reais) para os contadores e de R\$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais) para os técnicos em contabilidade. Com base na referida reivindicação, o Executivo gaúcho inseriu no Projeto de Lei nº 374/2013 piso salarial de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) para os trabalhadores técnicos de nível médio.

Na justificava apresentada é dito que

a criação desta faixa tem como objetivo equalizar e estimular a capacitação do trabalhador. O projeto adota o conceito de técnico de nível médio, tanto em cursos integrados, quanto subseqüentes ou concomitantes, ou seja, foca na formação e capacitação e não no trabalho prestado, adotando definições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Com efeito, dispõe o art. 36-B da Lei nº 9.394/96, incluído pela Lei nº 11.741/2008, que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio ou subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

A educação profissional técnica de nível médio articulada será desenvolvida de forma integrada (oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno) ou concomitante (oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso).

A proposta de criação de um piso de acordo com a formação técnica do trabalhador, na linha da justificativa apresentada de estimular a capacitação, é flagrantemente inconstitucional. Ora, o piso regional a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal é aquele proporcional à complexidade e à extensão do trabalho, ou seja, não guar-

da qualquer relação com a formação do trabalhador.

A regra, da mesma forma, se apresenta totalmente divorciada da estrutura de fixação de piso regional até hoje adotada pelo Estado e repetida no projeto encaminhado. O que define o direito a percepção do piso e o valor correspondente é o enquadramento do empregado em determinada categoria de trabalhadores integrantes dos grupos do quadro anexo ao art. 577 da CLT, que são repetidas nos quatro incisos da lei.

Assim, considerando a regra geral, um empregado de empresa de serviços contábeis terá garantido piso regional de R\$ 908,12 (faixa III), independentemente de sua escolaridade e formação, caso não seja fixado valor inferior em Convenção Coletiva de Trabalho. Seja ele formado em curso superior, seja capacitado em curso de nível médio, ou tenha apenas o curso primário incompleto terá a mesma garantia de piso regional.

Com a incorporação do novo inciso V, nos depararemos com a situação inusitada de que um contador empregado de uma empresa de serviços contábeis terá piso regional fixado em R\$ 887,98 (oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e oito centavos), enquanto um empregado técnico em nível médio terá garantido o piso de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

Neste cenário, sendo a proposta inoportuna e inconstitucional, espera-se que não seja aprovada pela Assembleia Legislativa.

Novo Escritório Regional na Zona Sul

O SESCON-RS inaugurou o seu escritório na Zona Sul do Estado, em parceria com o Sindicato dos Técnicos em Contabilidade e Contadores de Pelotas e Região (Sincontecpel), atendendo as demandas de profissionais contábeis que atuam nos 21 municípios atendidos na região.

Na solenidade de abertura, o presidente do SESCON-RS, Jaime Gründler Sobrinho, manifestou a sua satisfação em trazer a entidade para Pelotas e região. “Já promovíamos ações aqui e temos plena consciência da pujança dessa região. Era um desejo antigo de nossa entidade, poder fincar bandeira na Zona Sul do Estado”, comenta. Gründler Sobrinho ainda realizou uma pequena palestra, na qual apresentou o SESCON-RS.

Para o presidente do Sincontecpel, José Francisco Lamas, a parceria vai qualificar ainda mais profissionais e empresários desse polo gaúcho. “O

SESCON-RS vai contribuir e muito para o fortalecimento da classe contábil local, seja por meio dos cursos que serão oferecidos, seja pela nova visão de sindicalismo que vamos passar a ter, com mais profissionalismo e de forma mais empresarial”, comenta. Ao final da manifestação dos presidentes, foi descerrada uma placa alusiva à data. A O Escritório Regional do SESCON-RS está localizado na Rua General Argolo, 593, no Centro de Pelotas.

TALK-SHOW

E o primeiro evento promovido no novo Escritório Regional foi Talk Show do Grupo de Estudos SESCON-RS. “Gostei bastante do Talk Show, pois

ajuda a debater questões importantes sobre a gestão de nossos negócios. Aqui em Pelotas temos dificuldades, principalmente em relação a recursos humanos. Precisamos discutir como solucionar isso”, comenta o empresário Rafael Echeverria. Segundo ele, falta comprometimento para nova geração de profissionais. “A maioria chega ao mercado sem essa consciência”, completa.



DIVULGAÇÃO/SESCON-RS

Empresas vão ter de se adequar ao e-Social

O Sped Social ou e-Social vai promover mudanças significativas na comunicação de informações trabalhistas das empresas para o governo. Por ser online, a fiscalização de prazos será muito mais rigorosa, demandando um total controle por parte dos departamentos pessoais. Conscientes da importância de esclarecer o empresário sobre esse novo paradigma, Fecomércio-RS e SESCON-RS promoveram o encontro “Entenda o e-Social”, com o diretor do SESCON-RS, estu- dioso do assunto, Diogo Chamun. O evento ocorreu na sede da Fecomércio-RS com a presença de cerca de 130 empresários e lideranças de classe.

Com o e-Social, informações sobre contratações, demissões, férias, entre outras, terão de obedecer rigorosamente os prazos estabelecidos. A construção de uma nova cultura no RH de cada

empresa é o grande desafio, segundo Chamun. “Apesar de não trazer nenhuma alteração na legislação trabalhista, a implantação será desgastante, já que requer mudança de cultura e em alguns casos de estrutura das empresas.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Segundo Chamun, após o período de implementação, o e-Social irá se tornar uma ferramenta importante no combate à burocracia e a sonegação. Entre as principais características do e-Social, para o diretor do SESCON-RS, estão a análise do contribuinte em segundos, o monito-



DIVULGAÇÃO/SESCON-RS

ramento do comportamento de cada contribuinte, a antecipação das fraudes e a análise dos relacionamentos das empresas com pessoas físicas e jurídicas. “É uma nova realidade, na qual teremos que nos familiarizar em 2014”, complementa.

DIRETORIA TITULARES

Presidente: Jaime Gründler Sobrinho
Vice-Presidente: José Inácio Lenz
Diretor Administrativo: Maurício Gatti
Vice-Diretor Administrativo: Flavio Ribeiro Jr.
Diretor Financeiro: Diogo Ferri Chamun
Vice-Diretor Financeiro: Tassiro Astrogildo Fracasso
Diretor de Relações do Trabalho: José Roberto Santos Pires
Diretor de Assuntos Legislativos: José Tadeu Jacoby
Diretor Regional: Leono Pacheco
Diretor Regional: Luiz Carlos Duarte de Oliveira
Diretor Regional: Sérgio Gilberto Dienstmann
Diretor Regional: Valdir Ferreira Rodrigues

SUPLENTE

Barcelides Moresco
Célio Luiz Levandowski
Celso Luft
Décio Luiz Becker
Eduardo Sinigaglia
Flávio Dondoni Jr.
Inelva Fátima Lodi
Jorge Luiz Bersch
Maria Onira Colissi
Marice Fronchetti

CONSELHO FISCAL TITULARES

Rogério Costa Rockembach
Osvino Schneider
Joaquim Vaz Godinho

SUPLENTE

Eldo Luft
Lourdes Scartezini
Jorge Luiz Pereira

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO TITULARES

Luís Carlos Bohn
Jaime Gründler Sobrinho

SUPLENTE

Eldo Luft
Joel Carlos Köbe
Ananias Cipriano Alves

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Nasi
Diogo Chamun
Flávio Obino Filho
Jaime Gründler Sobrinho
José Roberto Santos Pires
Jussara Corrêa
Maurício Gatti



PRODUÇÃO

Agência Office Press

Fone: (51) 3325.6061
www.officepress.com.br
office@officepress.com.br

Editor Responsável: Guto Moisés

(Fenaj 6543/RS)

Reportagens: Carol Lopes

Revisão: Press Revisão

Projeto Gráfico e Editoração

Eletrônica: PenseDesign

Fotos: Arquivo SESCOB-RS e Agência Office Press

PORTO ALEGRE

[16/09] Curso Retenção na Fonte nas Prestações de Serviços (INSS, ISS, IRRF, CSLL, PIS e COFINS), com Rosane Kuhn. Curso orientou de maneira teórica e prática a sistemática de cálculo e a apuração do Imposto de Renda retido na Fonte.

[18/09] Curso Desoneração da Folha de Pagamento, Francisco Laranja. A capacitação abordou os aspectos práticos e operacionais nessas alterações na legislação.

[18/09 e 19/09] Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[24/09] ICMS – Substituição Tributária, com Ademir Vanzella. O curso capacita e atualiza os profissionais para as áreas fiscal / contábil das empresas.

[25/09] Legislação Trabalhista e Previdência Social – Atualização e Reciclagem, com Ivo José Paludo.

[09/10] Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[15/10] Curso de Prática Fiscal, com o auditor e consultor tributarista Ademir Vanzella. A capacitação atualiza os profissionais para a atuação na área fiscal das empresas.

[18/10] Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[21/10] Curso Retenção na Fonte nas Prestações de Serviços (INSS, ISS, IRRF, CSLL, PIS e COFINS), com Rosane Kuhn. Curso orientou de maneira teórica e prática a sistemática de cálculo e a apuração do Imposto de Renda retido na Fonte.

[22/10] Formas de Tributação, com Sérgio da Porciúncula. O curso orienta os profissionais da área contábil quanto aos recolhimentos e lançamentos de impostos e contribuições, perante o fisco federal.

[13/11] Regras Fundamentais para Emissão de Nota Fiscal – Nf-e – com a inclusão da Lei 12.741/2012, com Ademir Vanzella. O curso oferece conceitos e instruções para a correta emissão e eficaz conferência de notas fiscais.

DIVULGAÇÃO/SESCON-RS



[20/11] Construção e Incorporação Imobiliária – Atividade imobiliária na Construção Civil, com Sérgio da Porciúncula. A capacitação propõe uma análise e demonstração do procedimento correto a ser adotada pelas pessoas jurídicas que buscam a Construção e a Incorporação imobiliária.

[20/11 e 21/11] Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[26/11] Operações e Procedimentos Fiscais – Com Ênfase nos CFOPs, com Ademir Vanzella. A capacitação oferece condições de análise das principais operações, visando diminuir os erros de emissão.

[26/11 e 27/11] Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[13/12] Atualizações Trabalhistas e Previdenciárias para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma atualização para quem pretende atuar no setor de RH das empresas.

[13/12] Palestra e-Social e DCTF PREV para Empresários, com José Alfredo do Prado Júnior. A palestra propõe alertar o empresário para as mudanças nas informações trabalhistas a partir de 2014.

[16/12] ICMS – Substituição Tributária, com Ademir Vanzella. O curso capacita e atualiza os profissionais para as áreas fiscal/contábil das empresas.

INTERIOR

[11/09] SANTA MARIA – Regras da Desoneração da Folha de Pagamento, Rosane Kuhn. A capacitação abordou os aspectos práticos e operacionais nessas alterações na legislação.

[12/09] SÃO LEOPOLDO – Curso Desoneração da Folha de Pagamento, Francisco Laranja. A capacitação abordou os aspectos práticos e operacionais nessas alterações na legislação.

[13/09] SARANDI – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[16/09] PASSO FUNDO – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[17/09] SANTA MARIA – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[18/09] SÃO LEOPOLDO – Curso Retenção na Fonte nas Prestações de Serviços (INSS, ISS, IRRF, CSLL, PIS e COFINS), com Rosane Kuhn. Curso orientou de maneira teórica e prática a sistemática de cálculo e a apuração do Imposto de Renda retido na Fonte.

DIVULGAÇÃO/SESCON-RS



[24/09] MONTENEGRO – Atualização em ICMS focado na Alíquota de 4%, com Francisco Laranja. A capacitação analisa a nova legislação sobre a alíquota interestadual de 4% do ICMS com produtos importados e com conteúdo de importação.

[25/09] URUGUAIANA – Regras da Desoneração da Folha de Pagamento, com Rosane Kuhn. A capacitação abordou os aspectos práticos e operacionais nessas alterações na legislação.

[27/09] LAJEADO – Alíquota de 4% de ICMS – Operações Interestaduais de Mercadorias Importadas, com Ademir Vanzella. O curso atualiza para atuação na área fiscal das empresas, focado no ICMS.

[11/10] PASSO FUNDO – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[14/10] SÃO LEOPOLDO – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[15/10] BENTO GONÇALVES – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[16/10] LAJEADO – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[17/10] MONTENEGRO – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para

2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[24/10] MONTENEGRO – Sped Fiscal na Prática – Escrituração Fiscal ICMS/IPI, com Francisco Laranja. A capacitação analisa na prática os lançamentos fiscais do arquivo no que concerne à Escrituração Fiscal Digital ICMS/IPI.

[13/11] SÃO LEOPOLDO – SISCOSEV e Tributação dos Pagamentos Internacionais – Serviços Intangíveis, com Rosane Kuhn. O curso capacita para a classificação correta dos serviços intangíveis adquiridos do Exterior ou prestados para o Exterior.

[18/11] URUGUAIANA – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[19/11] SANTA MARIA – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[22/11] PELOTAS – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

[25/11] LAJEADO – Curso e-Social e DCTF PREV – As Novas Regras para 2014, com José Alfredo do Prado Júnior. O curso propõe uma análise das principais obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelo e-Social.

WEB – UNIFENACON

[12/09] Contabilidade, Tributação e Obrigações de Sociedade em Conta de Participação SCP, com Wagner Mendes.

[30/09] Contabilidade para a Construção Civil – Benefícios Tributários do Programa Minha Casa Minha Vida, com Carlos Eduardo Marastoni.

[10/10] Código de Barras no Produto e na NF-e – Oriente seus Clientes, com Karina Rocha.

[16/10] e-Social (Sped Folha) e DCTF-Prev: A Nova obrigação trabalhista e Previdenciária da Folha de Pagamento Digital, com Zenaide Carvalho.

[07/11] Desoneração da Folha de Salários – Aspectos Tributários para Cálculo

de 13º Salário, férias e verbas rescisórias, com Gilson Gonçalves.

[19/11] Grupo de Empresas – Caracterização, análise tributária, contábil e patrimonial, com João Alberto Teixeira.

[04/12] Aspectos Práticos do e-Lalur, com Wagner Mendes.

[12/12] Demonstrações Contábeis, com Carlos Eduardo Marastoni.

[18/12] Lei 12.741/2012 De Olho no Imposto – Gerenciamento de Informações Contábeis, com Othon Filho.

COMITÊ SETORIAL SESCON-RS / PGQP

[02/09] Gestão, Congestão e Indigestão, com Cesar Augusto Costa. A palestra mensal abordou as mazelas da gestão de mercado, a nova realidade do consumidor moderno, o profissional moderno e a nova gestão.

[02/03 e 03/09] Interpretação dos Critérios de Avaliação – SAG 2013 (PGQP), com Marcelo Bernardes.

[04/09] Formação de Avaliadores – SAG 2013 (PGQP), com Marcelo Bernardes.

[07/10] O Sucesso Mora Dentro, com Sérgio Luís Beckel. A palestra mensal destacou a importância do sucesso, saúde, riqueza e felicidade para os resultados.

[04/11] Motivação para vencer novos desafios, com Ricardo Leite. A palestra mensal enfatizou as estratégias de comportamento para o sucesso profissional.



DIVULGAÇÃO/SESCON-RS

[04/12] Workshop Qualificar é Preciso, com Jair Kobe e Oswaldo Paleo.



DIVULGAÇÃO/SESCON-RS

Pergunta, mas não agora

■ LUÍS AUGUSTO FISCHER

Como se pode formar um leitor? De muitos jeitos, claro. E também há muitas formas de atrapalhar nessa formação. Por exemplo: não é tão raro que alunos numa biblioteca queiram pegar livros dos mais velhos, das séries seguintes. Atitude inesperada, porque, afinal, na escola organiza-se uma seriação, com vistas a um processo gradual. Mas, de vez em quando, acontece de haver uma quebra dessa organização — neste caso para melhor.

No fundo, se trata de uma ultrapassagem que pode ocorrer em qualquer disciplina, porque o

aluno, em sua individualidade, pode fazer percursos que não coincidam com a expectativa média. No caso da literatura, isso aconteceu de forma muito visível com o fenômeno Harry Potter, personagem que apareceu em livros de centenas de páginas: e vimos crianças, de quem se esperava leitura ainda trivial e pouca, de repente andarem com um baita volume da história do bruxinho inglês debaixo do braço, sob os olhos, dentro da mochila, numa convivência

sensacional. É isso: sempre pode ocorrer de o aluno — e qualquer pessoa — saltar as etapas estipuladas para ele.

Lembrei de um episódio ocorrido comigo. Já adulto, já professor na Universidade, resolvi estudar alemão. Tinha feito algum semestre no tempo de aluno da faculdade, e achei que era uma boa hora para avançar. (Acabei desistindo, sem levar a cabo o sonho de falar a língua dos meus maiores.) Me inscrevi num curso, em Porto Alegre. Fiz um semestre, comecei a tomar gosto, e entrei no segundo, em que a professora trabalhava na mesma faculdade que eu. Boa professora, vale salientar, além de boa gente.

DIVULGAÇÃO



Privadamente, comentei com ela que aquela regularidade observada no exercício devia significar que a regra daquele caso seguia uma lógica assim e assado

Em determinada aula, a professora passou um exercício, daqueles de repetição, para preencher lacunas ou algo assim, e eu fiz; terminado o trabalho, e restando tempo até que os colegas encerrassem sua atividade, eu a chamei e, privadamente, comentei com ela — eu também estudei Letras, também tenho uma certa intimidade com gramática — que aquela regularidade observada no exercício devia significar que a regra daquele caso seguia uma lógica assim e assado; não era? Eu quis saber, quis a confirmação dela para a minha dedução.

Qual a reação da professora, minha colega? Foi de certo espanto; ela me olhou nos olhos e, sem dizer sim ou não, respondeu: “Eu não posso te dizer isso, porque isso é matéria do próximo semestre”. Virou e foi embora.

Nada descreve meu pasmo, na hora mesmo e ainda agora. Como assim? Ela não ia me dizer se eu estava certo ou errado naquela minha dedução? Não, ela não ia dizer, tanto que se foi adiante, para o outro lado da sala. E eu fiquei ali, com cara de pateta.

Creio que ela não deixaria os alunos pegarem livros das séries seguintes.

■ Escritor

**Problemas em receber as
Notas fiscais de seus clientes?**

**Importação automática de
notas fiscais eletrônicas
direto do site da Receita Federal**



**Revolucione a importação
de notas fiscais eletrônicas de seus clientes!**

**Acabe com a digitação do Danfe ou com a Importação
de dados com o leitor de código de barras!**

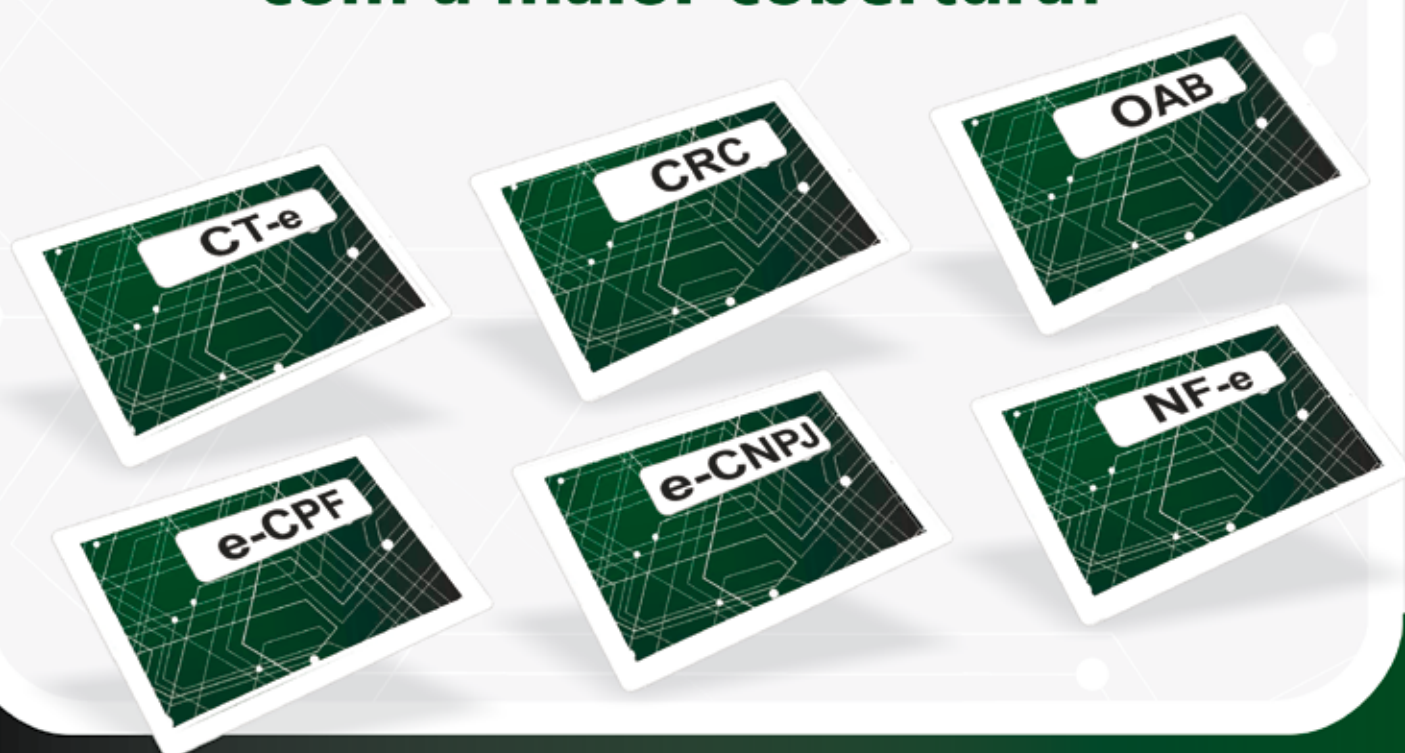
Solicite uma demonstração
0800 704 1418
www.alterdata.com.br

 **Alterdata**
software

Certificação Digital

Faça a sua!

**É muito mais segurança,
agilidade, sigilo e autonomia,
com a maior cobertura!**



Entre em contato com os nossos agentes.

Ligue já: (51) 3343-2090

ou acesse: www.sescon-rs.com.br



**Autoridade
de Registro**
em Certificação Digital